

A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES: EXPECTATIVAS E REALIDADES

Leandro Damasceno Kreutzfeld¹
Ruthmary Fernanda de Souza Fernandes²
Kassia Becker de Oliveira³
Raquel Rinco Dutra Pereira⁴
Lúcia Miranda Gouvêa⁵
Sandrelena da Silva Monteiro⁶

RESUMO

A educação brasileira passou por diversas mudanças ao longo da sua história. Sendo pensada inicialmente para a classe rica e dominante, hoje, educação se constitui enquanto direito para todas as pessoas, e para tanto, temos a educação pública. Muitas lutas foram e ainda são travadas para que isso aconteça de maneira garantida e com qualidade para todos e todas. Não obstante, por vezes, notamos o sucateamento e a desvalorização dos profissionais e da escola como instituição pública onde deve ser realizado o direito à educação. No trabalho em questão, iremos abordar a formação docente e o contraste entre as expectativas e realidades vividas no processo de formação inicial de professores, ressaltando a diversidade humana e a unidade do ser humano em meio à multiplicidade social. O trabalho tem por objetivo abordar e discutir sobre as conquistas e retrocessos que afetam a formação inicial de licenciandos, seus desafios, obstáculos, possibilidades e as distintas afetações que a academia pode provocar ao discente durante sua formação inicial. Para tanto, a abordagem parte de autores como Gatti et al (2019), que formula sobre a educação superior, António Nóvoa (2017) no que diz à formação de professores e Frankl (2008) que colabora com o texto trazendo sobre o “Sentido de Vida”. Para tornar-se professor é necessário abrir-se para a profissão, reconhecer as possibilidades e desafios do magistério e travar as lutas necessárias para garantir os direitos educacionais de toda e qualquer pessoa.

Palavras-chave: Formação Docente, Sentido de vida, Docência.

INTRODUÇÃO

Vivemos em uma sociedade em constante transformação, com urgência de satisfazer seus desejos e com interesses cada vez mais individualizados. Sociedade essa, globalizada, tecnológica e massificante, a qual coisifica pessoas, levando em conta apenas sua produção e seu consumo. Além disso, é formada por contrastes sociais e crescente diversidade de seres

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, leandrodk@yahoo.com.br

² Mestranda do Curso de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, ruthmaryjf@gmail.com

³ Mestranda do Curso de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, kassiabecker@hotmail.com

⁴ Doutoranda pelo Curso de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, raquelrincodutra@gmail.com

⁵ Graduada em Letras pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, luciagouvea@hotmail.com

⁶ Professora orientadora: Doutora em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação – UFJF, Sandrelena.monteiro@ufjf.br

humanos, interagindo e atuando na mais ampla esfera social. Esses sujeitos, supostos atores de suas histórias de vida, devem ter seus direitos respeitados e resguardados por todos.

A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 regulamentam a educação como direito de todos, através dos princípios da equidade e da qualidade do ensino. Assim, a educação deve também estar estreitamente relacionada à qualidade da formação (inicial e continuada dos professores). Cabe frisar que a legislação garante os direitos, mas sua efetivação depende de políticas públicas, as quais representam o conjunto de projetos e ações que visam assegurar os direitos previstos em lei.

Após a promulgação da LDB, tem-se a exigência da certificação em nível superior para o exercício da docência e a implantação de diversas políticas públicas, com vistas a fomentar a formação de professores. O aumento dos cursos de licenciatura e o crescimento do número de professores, não denota, necessariamente, o incremento da qualidade da educação brasileira.

A educação brasileira passou por diversas mudanças até os dias atuais. Sendo pensada inicialmente para a classe rica e dominante, hoje a educação se constitui enquanto direito para todas as pessoas, e para tanto, temos a educação pública. Muitas lutas são travadas para que essa aconteça de maneira garantida e de qualidade para todos, embora, por vezes, nota-se o sucateamento e a desvalorização da área.

No Brasil de hoje, também observamos a perda de conquistas e de direitos e ainda podemos dizer que os desafios face aos direitos humanos são inúmeros, mas não podemos desistir jamais. Ideologias neoliberais que priorizam direitos individuais, que desagregam e excluem, não podem se sobrepor a valores inclusivos, sustentáveis e plurais que devem formar uma sociedade democrática e solidária.

Ao abordar sobre educação sistematizada no Brasil, encontramos diversas etapas e agentes. Para este artigo, nos debruçaremos à formação docente, processo esse que pode ocorrer de forma distinta e, portanto, afetar diretamente a prática docente.

A formação inicial é o momento em que o estudante se dedica a aprender pedagogicamente como ensinar e tem vislumbres da prática docente, contudo, essa formação por vezes pode se dar de forma adoecedora, já que o educando vive em uma sociedade e múltiplos fatores perpassam sua vida enquanto discente.

Para esse artigo, algumas questões se fazem presentes: Qual é o campo da formação de professores? Como se dá a formação profissional dos professores? Como a formação inicial pode afetar a vida da pessoa? Qual é o objetivo da educação? É possível uma educação diferente ao modelo existente e largamente empregado?

O artigo objetiva abordar e discutir brevemente sobre o percurso histórico da formação docente, as conquistas e retrocessos que afetam o campo educacional, a formação inicial de licenciandos, seus desafios, obstáculos e possibilidades e as distintas afetações que a academia pode proporcionar ao discente enquanto sua formação inicial.

Para isso, através de revisão bibliográfica, buscamos autores e autoras que abordassem as temáticas propostas, com destaque para Gatti et al (2019), que formula sobre a educação superior, António Nóvoa (2017) no que diz à formação de professores e Frankl (2008) que alicerça com o texto trazendo suas contribuições sobre o “Sentido de Vida”.

Através das discussões realizadas, foi possível, além de destacar algumas das dificuldades existentes na formação e atuação docente, trazer outras perspectivas, pautadas principalmente na questão do sentido de vida, objetivando o exercício profissional esperançoso e responsável pelas mudanças que desejamos na Educação como um todo.

METODOLOGIA

Precisamos estabelecer um caminho metodológico para buscar reflexões sobre os questionamentos levantados. Sendo assim, fizemos uma revisão bibliográfica sistemática acerca dos assuntos e, nos artigos encontrados, havia a predominância de uma autora, Bernardete Angelina Gatti, e de um autor, António Sampaio da Nóvoa. A partir disso, selecionamos trabalhos específicos de ambos, que estão presentes no decorrer do artigo e na seção bibliográfica, para leitura, apreciação e fichamento. Adicionamos às reflexões as contribuições de Viktor Emil Frankl, autor que, apesar de não estar diretamente ligado à área da educação, traz contribuições pertinentes.

Portanto, através da revisão bibliográfica sistemática, estabelecemos o caminho a ser trilhado na construção do artigo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Dentre as partes fundamentais da área de Educação, existe a formação de professores. Para o professor e pesquisador António Nóvoa (2017, p. 1109)

O campo da formação de professores desenvolveu-se muito nos últimos 50 anos, alargou sua influência e deu origem a uma produção científica de grande relevância. Hoje, é impossível acompanhar os milhares de textos publicados anualmente sobre temas de formação docente. Mas, desde o início do século, percebe-se um sentimento de insatisfação, acentuado por políticas de desprofissionalização, de ataque às

instituições universitárias de formação docente e de privatização da educação (ZEICHNER, 2010a). Em conjunto, estas tendências configuram “um programa de reforma educacional baseado nos princípios de mercado das economias neoliberais” (COCHRAN-SMITH et al., 2015, p. 117).

A educação básica é uma área de grande importância na sociedade. Ela tem por finalidade, segundo o artigo 22 da LDB, “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. Apreende-se, portanto, que a educação básica interfere diretamente na qualidade de vida dos cidadãos e, conseqüentemente, na estrutura, organização e desenvolvimento da sociedade. Deste modo, é imprescindível assegurar uma formação de qualidade para os licenciandos que posteriormente atuarão na área, todavia, essa não é a realidade brasileira. De acordo Gatti et al (2019) a educação superior, período de formação inicial para se tornar um docente, sempre foi privilegiada em relação aos financiamentos, mas sem projeto e foco específico nas licenciaturas.

Frankl nos ajuda a pensar em outros objetivos para a Educação. Para o autor, “mais do que transmitir tradições e conhecimentos, deveria ser o de refinar a capacidade humana de encontrar sentidos únicos. [...] [A educação] deve sim, encorajar e desenvolver a capacidade individual da tomada de decisões, autênticas e independentes” (Frankl, 2011, p.84).

No que tange ao Ensino, as instituições privadas notaram uma possibilidade de se inserirem para fins lucrativos. De acordo com Gatti et al,

Nas primeiras décadas do século XXI o aumento de recursos na área da educação, o alargamento dos direitos educacionais e as novas demandas de formação que induziram à formulação de metas ambiciosas para a expansão do ensino superior, deram também azo ao favorecimento do ensino privado com alentados subsídios públicos. A maior expansão do setor privado do que a do setor público nos anos 2000 se beneficia em larga medida de programas de financiamento do governo federal destinados a subsidiar estudantes de baixa renda como o Fies e o Prouni (2019, p.117).

Dessa forma, instituições privadas recebem dinheiro público, enquanto universidades públicas são sucateadas e operam com recursos de mínimos investimentos. Faz-se necessário ressaltar que “o principal elemento diferenciador do ensino privado no país tem sido o modo como as instituições se relacionam com o mercado, mobilizando recursos para suprir a demanda das populações majoritárias pelo ensino superior” (GATTI ET AL, 2019, p.116).

As empresas buscam arrolar cada vez mais matrículas e, focadas no lucro e formação para o mercado de trabalho, elas ofertam um curso sem espaço para pesquisa e crítica, com

estágios insatisfatórios e consequências desastrosas para a educação brasileira. A exemplo temos os cursos EAD, que são amplamente divulgados pelas instituições privadas.

Essa modalidade tem qualidades importantes para um país com as dimensões e condições geográficas do Brasil. A EAD, se bem construída e posta em prática, dirigida a grupos e regiões específicos, poderia ter papel importante na ampliação das oportunidades educacionais em países com essas características. Mas, as práticas têm mostrado vários problemas. A maneira como esses cursos vieram sendo ofertados e se expandiram, com monitoramento precário, por meio de polos pouco equipados, tutoria pouco preparada e estágios realizados em condições insatisfatórias, acaba por gerar formações para o exercício da profissão docente com excessivas lacunas (GATTI ET AL, 2019, p.54).

Não se pode negar a realidade sociodemográfica brasileira (extensão territorial e população) e, também por isso, certamente a Educação à Distância é de basilar importância para a formação de muitos cidadãos que têm dificuldade de acesso às instituições de ensino, entretanto, não da forma que ocorre na atualidade. Hoje, a EAD acontece como um meio enxugado de formação inicial, elaborada para pessoas que desejam ter um diploma de curso superior, mas que não podem se debruçar nos estudos de forma presencial. Dessa forma, a educação crítica e o estímulo à pesquisa podem estar sendo deixados de lado, causando impactos no estudante que inicia sua carreira na docência e participa na formação de outras pessoas. A área da licenciatura é ignorada cada vez mais pela política e pela elite, uma vez que cidadãos críticos podem mudar a sociedade e lutar por igualdade e justiça social.

Nóvoa (2017) ressalta as cinco posições para uma formação profissional dos professores: Na primeira, o autor aborda acerca da “Disposição pessoal: como aprender a ser professor?” Partindo da escolha do curso, muitas pessoas vão para a licenciatura, como uma segunda opção, como consequência de uma frustração de um desejo inicial ou por falta de alternativa, “a primeira fragilidade da profissão reside, justamente, neste momento inicial” (p. 1121).

Na segunda posição temos a “Interposição profissional: Como aprender a sentir como professor?” Neste momento o autor defende a importância da identidade no curso, do estudante sentir-se pertencente ao ato de sua formação, “por isso, é tão importante construir um ambiente formativo com a presença da universidade, das escolas e dos professores, criando vínculos e cruzamentos sem os quais ninguém se tornará professor (p.123).”

Na terceira, a “Composição pedagógica: Como aprender a agir como professor? O autor relata que

A entrada de um professor imprevisto na sala de aula coloca-o perante uma série de relações externas, marcadas pelo comportamento dos seus alunos e por reações involuntárias. É o primeiro género de conhecimento. Ao dominar o ritmo da sala de aula, as relações que a compõem, o professor acede ao segundo género de conhecimento. A capacidade de compreender a “essência” do ensino, e sobre ela falar, representa o terceiro género de conhecimento. Este último género é, também, uma maneira de viver profissional e, por isso, constitui-se no interior de uma dada comunidade docente (NÓVOA, 2017, p.1127).

Assim sendo, é possível perceber que “não se trata, pois, de formar um matemático que, depois, se formará como professor. Trata-se, isso sim, de formar um professor que, para ser capaz de ensinar Matemática, precisa de um conhecimento profundo da matéria” (NÓVOA, 2017, p.1125).

Na quarta posição temos a “Recomposição investigativa: como aprender a conhecer como professor?” Aqui, é válida a reflexão sobre a formação continuada, uma vez que a sociedade passa por diversas transformações e contempla evoluções na ciência e tecnologia, que apenas a formação inicial não contempla. Por esse fato, a formação precisa ser continuada, o aprendizado constante permite inovação na prática e o ensino atual e mais efetivo. Para o autor,

É necessário que os professores realizem estudos de análise das realidades escolares e do trabalho docente. O que me interessa não são os estudos feitos “fora” da profissão, mas a maneira como a própria profissão incorpora, na sua rotina, uma dinâmica de pesquisa. O que me interessa é o sentido de uma reflexão profissional própria, feita da análise sistemática do trabalho, realizada em colaboração com os colegas da escola (NÓVOA, 2017, p.1128).

A formação continuada se dá a partir das buscas do professor, das inquietações geradas em sala de aula e pelo desejo de aprimorar o exercício da profissão.

E, por fim, “Exposição pública: Como aprender a intervir como professor?” A educação vai muito além da sala de aula, o ser professor intervém de formas diferentes na sociedade, seja dentro da escola ou fora dela. Para Nóvoa (2017), comunidade é aquilo que fazemos em comum,

É esta última definição que permite compreender a importância de um espaço público de discussão, de colaboração e de decisão, num tempo em que as sociedades vão adquirindo uma cada vez maior consciência das suas responsabilidades educativas. A profissão docente não acaba dentro do espaço profissional, continua pelo espaço público, pela vida social, pela construção do comum. (p.130)

O profissional, a partir da tomada de consciência da responsabilidade em relação à comunidade, pela justiça e pela democracia, intervém de forma a lutar pelo interesse da maioria, incentivando a reflexão e o apoio de todos pelas causas comuns.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tendo como base o referencial teórico acima, desenvolvemos diálogos com outros autores, destacando as duas primeiras posições das cinco enunciadas por Nóvoa.

Para o autor, a primeira posição “Disposição pessoal: Como aprender a ser Professor?” aborda a questão inicial da escolha de profissão, e a carreira docente como primeira ou segunda opção. Já a segunda posição, “Interposição Profissional: Como aprender a sentir como Professor?”

O ingresso no ensino superior para muitos se constitui em um sonho. Contudo, por vezes, ele é transformado em um pesadelo. A falta de motivação, o desinteresse, não conseguir encontrar sentido no curso e se sentir pertencente, são motivos que, por vezes, causam sofrimento psíquico e podem levar à um adoecimento, como no caso da depressão. Para Nóvoa (2017, p.1121),

Tornar-se professor é transformar uma predisposição numa disposição pessoal. Precisamos de espaços e de tempos que permitam um trabalho de autoconhecimento, de autoconstrução. Precisamos de um acompanhamento, de uma reflexão sobre a profissão, desde o primeiro dia de aulas na universidade, que também ajudam a combater os fenômenos de evasão e, mais tarde, de “desmoralização” e de “mal-estar” dos professores.

Para tornar-se professor é necessário abrir-se para a profissão, reconhecer as possibilidades e desafios do magistério e travar as lutas necessárias para garantir os direitos educacionais, é necessário encontrar sentido na vivência docente.

Trazendo a perspectiva de Frankl sobre a educação, podemos dizer que, entre suas potências, está a de estabelecer a busca do sentido na vida. Além disso, pressupõe uma tarefa educacional a qual “não se esgota na aquisição intelectual de conhecimentos. Abrange também as ações, o lado afetivo, as posturas, as convicções e tudo o que as sustenta” (Röhr, 2012, p.157). Cumpre que acrescentemos então, que em uma relação de encontro, de troca recíproca que envolva EU-TU, entre educando e educador, na qual compartilhem de experiências ético-pedagógicas, seja possível vivenciar o florescer de valores significativos de amor, alegria, fé e esperança, no desenvolvimento de competências, habilidades e possibilidades educacionais.

Só há razão de continuar seguindo na vida se o ser humano atribuir sentido a isso. Para Frankl (FRANKL, 2008, p. 203), “a pessoa conhece a si mesma na medida em que vai cumprindo suas tarefas cotidianas e que vive o que tem sentido em cada situação”. Para muitos “a vida ter sentido” significa “na vida ter tarefas a cumprir” (FRANKL, 2017, p.88). “O sentido precisa ser encontrado, descoberto, e não criado” (FRANKL, 2017, p.223).

Seguindo neste raciocínio, Frankl afirma que, quando não há um sentido para se estar vivendo, ocorre o Vazio Existencial, isto é, a pessoa não atribui sentido a nada que faz, não atribui sentido no estar vivendo. Para Aquino et al (2011, p.149)

Frankl (2005) concebe que, atualmente, o fenômeno de massa que caracteriza a juventude é o vazio existencial ocasionado pela impossibilidade de atender a motivação primária do ser humano: a vontade de sentido. Esse mal-estar de nossa civilização se manifesta através do tédio e da sensação de que a vida não tem sentido. Na dimensão societal, apresenta-se através dos seguintes sintomas: drogadição, agressão e suicídio.

Estas manifestações do vazio existencial podem ser prejudiciais para a vida humana e cada pessoa tem a opção de escolha de adentrar ou não nestes caminhos perigosos dos vícios, tentativas e consumação de atentados contra a própria vida, já que “o homem não é livre de suas contingências, mas, sim, livre para tomar uma atitude diante de quaisquer que sejam as condições que sejam apresentadas a ele” (FRANKL, 2011, p.26). Essa liberdade se manifesta na dimensão noética do ser humano. Este princípio opõe-se ao determinismo, posto que o homem é um ser livre e responsável pelas suas próprias decisões. A tensão existencial entre dever ser e ser ocorre a cada momento que a vida pede algo, pois o ser humano é atraído por aquilo que mais tem sentido.

Por conseguinte, cabe outro elemento importante da relação descrita acima: a responsabilidade, valor essencial ao desenvolvimento educacional. “A responsabilidade pertence aos fenômenos irreduzíveis e impassíveis de serem deduzidos no ser humano” (Frankl, 2012, p. 11). Assim sendo, o homem é detentor de liberdade, embora essa liberdade precise ser com responsabilidade. Para tal, sempre é possível mudar, é necessário mudar, só cabe ao ser humano querer mudar. É imprescindível, no entanto, que o homem perceba que o uso de sua liberdade precisa estar em consonância com a responsabilidade para consigo próprio e para com o outro. Quanto mais a humanidade assumir responsabilidade pelos seus atos, mais próximos estaremos de um mundo mais inclusivo, cujos contrastes serão apenas características inerentes à diversidade na qual estamos todos(as) inseridos.

Vale ressaltar, neste momento, que a formação inicial ocorre de formas diferentes entre instituições públicas e privadas, entre o ensino presencial e a Educação a Distância, contudo, em todas as suas formas, é necessário que o estudante encontre sentido na carreira docente, pois o exercício da profissão pode ser doloroso caso não seja compreendido pelo professor.

Por fim, há uma citação de Frankl pertinente para se pensar e agir de outra forma em relação à formação inicial e continuada de professores, pois indica um sentimento do qual acreditamos ser basilar no exercício da profissão. Segundo o autor, o “Amor é a única maneira de captar outro ser humano no íntimo da sua personalidade. Ninguém consegue ter consciência plena da essência última de outro ser humano sem amá-lo” (FRANKL, 2991, p.100). Partindo dessa premissa, acreditamos que o amor seja o primeiro passo a ser dado em prol de uma convivência respeitosa, comprometida com as diferenças, sempre em busca de uma formação educacional de qualidade e uma prática voltada para a necessidade do outro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora avanços sejam perceptíveis na área de educação, muito ainda há para ser feito, em especial no que tange à formação de professores. É necessário que haja o redimensionamento dos cursos de formação de professores na modalidade a distância, o monitoramento e avaliação dos cursos de formação de professores por órgãos competentes, como o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior/SINAIS. Da mesma forma, urge a efetivação do diálogo do currículo envolvendo teoria e prática como forma de alimentar os processos de aprendizagem e desenvolvimento profissional ao longo da trajetória docente e que os currículos sejam menos fragmentados. Cabe ainda, a integração de componentes acadêmicos, teóricos, pedagógicos e de saberes construídos no exercício da profissão, com disciplinas teórico-práticas contemplando as reais demandas educacionais contemporâneas. É relevante que os estágios sejam monitorados, possibilitando ao licenciando um olhar crítico sobre a realidade escolar, sendo por sua vez, incentivado nos espaços de formação, além da graduação, a vivenciar a formação para a cidadania e ampliar seu capital cultural, frequentando espaços de produção de cultura.

Embora as perspectivas educacionais ainda sejam incertas, precisamos defender que a educação em direitos humanos deva ser inserida na escola básica, nos ensinos fundamental e médio, além de promover a formação inicial e continuada dos professores como um todo. É fundamental o resgate da importância dos direitos humanos para a democracia e a formação

cidadã. É necessário acreditar na educação para a construção de uma sociedade mais justa, com igualdade de direitos e oportunidades para o exercício pleno da democracia.

As demandas e os desafios por uma formação docente continuam. Acreditar e lutar para que sejam superados é nosso dever. Sendo assim, desacreditar de uma educação de qualidade não é uma possibilidade!

REFERÊNCIAS

AQUINO, T. A. A. de; SILVA, J. P. da; FIGUEIRÊDO, A. T. B. de; DOURADO, É. T. S.; FARIAS, E. C. S. de. Avaliação de uma Proposta de Prevenção do Vazio Existencial com Adolescentes. *Psicologia Ciência e Profissão*, vol. 31, núm. 1, 2011, pp. 146-159. Conselho Federal de Psicologia Brasília, Brasil. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pcp/a/bVTqbTKMtny4c7TbMYTtFDj/abstract/?lang=pt>

Acesso em 07 de jan. 2024.

Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 02 jan. 2024.

FRANKL, V. **A vontade de sentido: fundamentos e aplicações da logoterapia** [tradução Ivo Studart Pereira]. - Ed. ampl., incluindo o posfácio "A desguruficação da logoterapia". - São Paulo: Paulus, 2011. - Coleção Logoterapia.

Disponível em: <https://docero.com.br/doc/s1cn15s>. Acesso em 08 de jan. 2024.

FRANKL, V. **A presença ignorada de Deus**. Traduzido por Walter O. Schlupp e Helga H. Reinhold. 18. ed. rev.-São Leopoldo: Sinodal: Petrópolis: Vozes, 2017.

Disponível em: <https://docero.com.br/doc/s1cn15s>. Acesso em 08 de jan. 2024.

FRANKL, V. **Em busca de sentido: um psicólogo no campo de concentração**. [Tradução de Walter O. Schlupp e Carlos C. Avelino], 2ª ed. São Leopoldo: Sinodal. Petrópolis: Vozes, 1991.

FRANKL, V. **A vontade de sentido: fundamentos e aplicações da logoterapia**. São Paulo: Paulus, 2011.

FRANKL, V. **Logoterapia e análise existencial: textos de seis décadas**. [Tradução: Marcos Antônio Casanova], Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

GATTI, Bernardete Angelina et al. **Cap. I – História e contemporaneidade: formação e trabalho de professores e professoras**. In: GATTI, Bernardete Angelina et al. *Professores do Brasil: novos cenários de formação*. Brasília: UNESCO, 2019. p. 15-44. Disponível em:

https://www.fcc.org.br/fcc/wpcontent/uploads/2019/05/Livro_ProfessoresDoBrasil.pdf

Acesso em: 18/01/2024.

Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm



NÓVOA, A. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. **Cadernos de Pesquisa**, v. 47, n. 166, p. 1106-1133, ou./dez. 2017.

Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/4843>

Acesso em 13 de jan. 2024.

RÖHR, F. **Espiritualidade e educação**. Em Röhr, A. L. Ferreira, J. P. Junior, M. B. N. Santiago. *Diálogos em educação e espiritualidade*. (pp.7-12). Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.